



PARECER JUC/CLN Nº 347/2024

INTERESSADO: GCP

ASSUNTO: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA APRESENTADOS PELA LICITANTE MENE E PORTELLA PUBLICIDADE LTDA., REFERENTE À LICITAÇÃO Nº 10017928 - CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PARA A COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ.

RELATÓRIO

Solicita a Gerência de Contratações e Compras – GCP, análise e elaboração de parecer acerca dos documentos de habilitação apresentados pela licitante **MENE E PORTELLA PUBLICIDADE LTDA.**, participante do processo licitatório em epígrafe, cuja sessão pública ocorreu em 19 de abril de 2024.

É o breve relatório.

Opina-se.

Preliminarmente, cumpre a esta Consultoria esclarecer que a presente análise foi efetuada sobre a documentação apresentada pela proponente e restringe-se aos requisitos relativos às cláusulas de habilitação jurídica (item 10.2.1), de regularidade fiscal e trabalhista (item 10.2.2), qualificação econômico-financeira (item 10.2.3 “a”) bem como as Declarações contidas no Anexo III.2 do respectivo edital.

Verificou-se que a Inscrição no Cadastro Municipal, comprovada através do Cartão de Inscrição Municipal, não possui data de validade.

Contudo, após pesquisa ao site do respectivo ente¹, foi possível constatar a regularidade da documentação exigida (doc. anexo). Assim, cabe à comissão avaliar o saneamento da falha conforme o item 11.3.2 e subitens do edital:

*“11.3.2. Será admitido o saneamento de erros ou falhas relativas aos documentos de habilitação **mediante despacho fundamentado da Comissão Julgadora da Licitação, registrado em ata e acessível a todos.***

11.3.2.1. As falhas passíveis de saneamento são aquelas relativas a situação fática ou jurídica preexistente na data da abertura da sessão pública de entrega dos envelopes e declarações complementares, indicada no preâmbulo do Edital.

11.3.2.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.”

Com a ressalva acima, após o exame dos documentos apresentados, sob o aspecto jurídico-formal, observa-se que a empresa **MENE E PORTELLA PUBLICIDADE LTDA.** cumpriu todas as determinações necessárias, atendendo ao previsto no edital para a fase de habilitação nos itens acima. Entretanto, será necessário complementar o processo com o despacho fundamentado nos termos do supracitado item 11.3.2.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, após análise dos documentos apresentados pela referida licitante, relativamente à documentação exigida no edital, mais especificamente nas cláusulas de habilitação jurídica (item 10.2.1), de regularidade fiscal e trabalhista (item 10.2.2), qualificação econômico-financeira (item 10.2.3 “a”) bem como as Declarações contidas no Anexo III.2 do respectivo edital, opina-se pela regularidade dos documentos da licitante MENE E PORTELLA PUBLICIDADE LTDA, após o saneamento descrito acima, conforme documento anexo a este parecer.

Cumprir observar que, nos termos do art. 66 do Regulamento de Licitações, Contratos e demais ajustes da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, a comprovação da regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, deverá ser verificada no momento da contratação.

Salienta-se que deverá ser verificado, ainda, no site específico, se a empresa a ser potencialmente contratada não foi declarada inidônea ou está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual ou com a Cia. do Metrô, além da consulta ao CADIN ESTADUAL, nos termos do Edital.

¹Consultado em 25/04/2024:

<https://stm.manaus.am.gov.br/stm/servlet/arrimprimebce3?%2B%2BTpn5923Sy3oLMMFif3DQ%3D%3D.0X03BVia%2FO7ODAGPfJBRxw%3D%3D,bETZaZ6G4IBieUe3ICzraw%3D%3D>

O presente parecer possui natureza não vinculativa, conforme consignado no artigo 16 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ. Alerta-se que este parecer se atém estritamente aos aspectos jurídicos, legais e doutrinários e apresenta tese juridicamente defensável, não sendo possível, contudo, prever eventuais posicionamentos em sentido diverso por órgãos de controle e pelo Poder Judiciário.

Ademais, há de se esclarecer que o presente foi elaborado de acordo com os documentos encaminhados com a presente consulta.

Eventual alteração das premissas que embasaram a presente análise, como os fatos, documentos, leis e entendimentos jurisprudenciais, poderá suscitar a revisão e alteração das conclusões deste parecer.

É o parecer.